

1 Introdução

Durante muito tempo, as elevadas taxas de reprovação e evasão das escolas públicas brasileiras foram consideradas como o principal entrave ao aumento da escolaridade e a universalização do ensino básico no Brasil. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que as taxas de repetência no ensino fundamental durante a década de 80 se situavam em torno de 35%¹. O lento progresso ao longo do sistema escolar gerado pela alta reprovação relaciona-se historicamente com as altas taxas de evasão e a grande proporção de alunos que apresentam alguma distorção idade-série, que afetam sobremaneira os estudantes que estão na escala inferior da distribuição de renda.

Em consequência desse cenário, com a justificativa de tornar a educação menos seletiva e excludente, expandiram-se desde os anos 80 a formulação e a implantação de alternativas à organização da escolaridade em séries, buscando justamente enfrentar as limitações desse regime atribuídas as altas taxas de reprovação, evasão e na distorção idade-série. Um grande número dessas alternativas apresenta a introdução da organização do ensino em ciclos, que, dentre outros aspectos, elimina a reprovação dentro de cada ciclo. Concomitantemente à introdução dessas alternativas, notou-se um drástico decréscimo da taxa de reprovação, e igualmente da taxa de evasão, ao longo da década de 90, porém mantendo-se ainda em um patamar elevado. A taxa de reprovação no ensino fundamental passou de cerca de 33% em 1990 para aproximadamente 22% no final da década (ver, Franco (2004)).

Apesar da relação que existe entre as políticas de não retenção e a melhora nos índices de reprovação, o ensino organizado em ciclos se cercou de intensas polêmicas tanto entre os educadores como perante a opinião pública. A expansão dessas políticas se deu em meio a uma resistência dos professores e da sociedade, sendo encarada muitas vezes como uma maneira fácil de melhorar estatísticas

¹ Ver Franco (2004).

escolares em detrimento da qualidade do ensino, criando a “escola dos que passam sem saber” como nas palavras de Glória (2003). De qualquer modo, a proporção de escolas que adotavam alguma forma de não-reprovação manteve-se relativamente constante na primeira metade da década de 2000, alcançando em torno de 18% dos estabelecimentos do ensino fundamental. Considerando o número de matrículas nas escolas, vê-se que as políticas de ciclos atingiam aproximadamente 36% dos alunos do ensino fundamental em 2001.

Como precisamente a discussão sobre desigualdade de oportunidades educacionais não pode separar a questão da disparidade de acesso à educação da qualidade de ensino oferecida aos alunos, o objetivo central desta tese será, portanto, a avaliação das políticas de não retenção no desempenho acadêmico dos alunos no ensino fundamental nas escolas públicas brasileiras. A universalização do ensino fundamental no Brasil representará realmente pouco avanço no combate da disparidade das oportunidades educacionais se não for acompanhada de uma melhora do ensino público, o que envolve também uma melhora nas condições que as crianças usualmente excluídas da educação formal recebem para progredir dentro do sistema escolar.

Mainardes (2007) mostra que existe uma vasta literatura sobre a escolaridade em ciclos no Brasil, no entanto, são poucos trabalhos que buscam estudar sistematicamente os efeitos dos ciclos sobre o desempenho acadêmico dos alunos². Neste trabalho, além de adotarmos uma estratégia empírica diversa desses estudos, buscamos investigar outros aspectos dos ciclos em relação a proficiência dos alunos, como por exemplo, possíveis efeitos diferenciados ao longo da distribuição do desempenho acadêmico. Esta tese, além desta introdução e do capítulo final onde resumimos as conclusões, está dividida em quatro capítulos.

No capítulo seguinte discutimos sucintamente o que pretendem as propostas de políticas de ciclos. Destacamos que essas propostas buscam ir muito além da simples promoção automática, advogando mudanças complexas e profundas nas práticas pedagógicas. Averiguamos, entretanto, que a implantação dessas propostas ocorreu em condições bastante problemáticas levando a um certo esvaziamento dessas políticas, o que nos levará a interpretar os resultados

² Encontramos apenas três.

encontrados neste trabalho como os efeitos da não-reprovação. No restante do capítulo resenhamos, então, o debate entre retenção e promoção.

No terceiro capítulo, procuramos entender quais as razões que possivelmente estão por trás da decisão de adotar a política de ciclos, algo que não encontramos na literatura sobre os ciclos. Sem dúvida essa decisão é uma escolha política, no entanto, estamos preocupados em saber se existem características específicas das escolas ou do ambiente escolar que possam influenciar essa decisão e ao mesmo tempo estar correlacionada com o desempenho acadêmico dos alunos. Com base em dados do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), bem como em algumas informações extraídas dos Censos do IBGE, procuramos responder questões como, por exemplo, se as escolas que adotam os ciclos são aquelas que apresentam maiores taxas de reprovação e evasão. De forma geral, os resultados apontam que as variáveis concernentes à qualidade da escola e do ensino parecem não afetar a probabilidade de adoção dos ciclos.

No quarto capítulo, buscamos estimar os efeitos das políticas de não retenção sobre o desempenho acadêmico médio dos alunos. Analisando a proficiência de alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, aplicamos uma metodologia de diferenças em diferenças, usando dados do Saeb de 2001 e da Prova Brasil de 2005 além de informações dos Censos Escolares desses anos. Ao montarmos um painel de escolas a partir de dados fornecidos pelo Inep, podemos acompanhar o desempenho de alunos antes e depois da introdução dos ciclos e compará-los com o desempenho de estudantes em escolas no grupo de controle, isto é, que permaneceram seriadas. Essa abordagem nos permite ainda estudarmos não apenas o impacto de eliminação da retenção, como também os efeitos da reintrodução da possibilidade de reprovação, algo que também não encontramos na literatura sobre os ciclos. Os resultados não mostram evidências de que a eliminação da retenção tenha tido qualquer impacto sobre o desempenho acadêmico médio dos alunos. Não obstante, o retorno ao ensino seriado, e consequentemente a reintrodução da reprovação parece ter um pequeno efeito positivo sobre alunos da 4ª série, mas nenhum efeito em alunos da 8ª série.

No quinto capítulo, para termos uma melhor compreensão dos efeitos das políticas de não retenção no Brasil, abordamos a possibilidade de que esta política tenha impactos diferentes em alunos com diferentes níveis de desempenho. Dessa

forma, a partir de uma pequena modificação da metodologia da decomposição de salários de Juhn, Murphy e Pierce (1993) procuramos averiguar se a introdução das políticas de ciclos levou a alguma mudança na distribuição das notas dos alunos nas provas de Saeb e da Prova Brasil. Em seguida, para testar a robustez dos resultados encontrados, apresentamos estimativas do efeito médio do tratamento sobre diferentes quantis da distribuição de proficiência utilizando modelos de diferenças-em-diferenças com regressões quantílicas. De forma geral, não parece haver substanciais diferenças dos efeitos dos ciclos ao longo da distribuição.